



<b>PLANO DE ENSINO</b>	<b>SEMESTRE LETIVO</b>
	<b>2013/1</b>

<b>CURSO</b>		<b>PERÍODO</b>		
Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental		4º semestre mat / not		
<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>C. H. (Horas)</b>	<b>CARGA HORÁRIA (Aulas)</b>		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Legislação e Direito Ambiental	33	40	-	40
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>	Marco Aurélio Bulhões Neiva			

<b>EMENTA</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• A dimensão internacional do direito ambiental, a evolução histórica do direito ambiental, o meio ambiente e o direito ambiental, Princípios do direito ambiental;</li><li>• O direito constitucional ambiental e o ordenamento ambiental brasileiro; Principais legislações esparsas ambientais;</li><li>• Competência legislativa, administrativa e judiciária em matéria ambiental; Federalismo e as competências ambientais;</li><li>• Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81); Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente; Órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA);</li><li>• Processo de Licenciamento Ambiental: Resolução 237/97 (CONAMA);</li><li>• Padrões de Qualidade Ambiental. Padrões de Qualidade do Ar. Padrões de Qualidade da Água. Padrões de Qualidade dos Ruídos;</li><li>• Zoneamento ambiental; Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)</li><li>• Espaços territoriais especialmente protegidos</li><li>• Tombamento</li><li>• A Política Estadual do Meio Ambiente (Lei Complementar 38/95 do Estado de Mato Grosso e suas alterações);</li><li>• A Política Nacional de Recursos Hídricos: Lei 9.433/87;</li><li>• A Política Estadual (Mato Grosso) de Recursos Hídricos; Lei 6.945/97;</li><li>• Responsabilidade Civil Ambiental. Responsabilidade civil e reparação do dano ecológico decorrentes de acidentes ambientais;</li><li>• Responsabilidade Administrativa Ambiental; O Poder de Polícia Administrativa, infrações administrativas ambientais: Decreto 6.514/2008</li><li>• Responsabilidade Penal Ambiental. A Nova Lei de Crimes Ambientais e os instrumentos judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens ambientais; Crimes Ambientais: Lei 9.605/98; Sanção penal da pessoa física e jurídica pelo crime ambiental</li><li>• Política Econômica e a Preservação Ambiental Internacional;</li></ul>	

<b>OBJETIVOS</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Conhecer a evolução da temática ambiental internacional, os fatos marcantes, as conferências</li></ul>

internacionais, os alicerces lançados que edificam o atual Direito Ambiental;

- Situar a disciplina no estudo dos direitos humanos, mostrando que a mesma encontra nascedouro na própria evolução dos direitos humanos, dentro do plano da terceira geração de tais direitos, enfocando o Direito Ambiental como uma premissa para o próprio direito à vida;
- Conhecer os principais Princípios do Direito Ambiental e sua importância na elaboração da legislação, na conduta humana nas relações com o meio ambiente e na resolução de conflitos ambientais
- Conhecer os principais diplomas ambientais brasileiro, aprofundando na tutela constitucional ambiental.
- Conhecer a competência dos entes federados para elaboração e execução da legislação ambiental brasileira.
- Conhecer os principais tópicos abordados pela Política Nacional de Meio Ambiente ( Lei 6938/81) e pela Política Estadual de Meio Ambiente ( LC 38/95 alterada pela LC 232/2005)
- Conhecer os procedimentos e os fundamentos do instituto jurídico do licenciamento ambiental.
- Conhecer critérios e parâmetros técnicos para compatibilizar as ações humanas com as exigências ambientais legais.
- Conhecer o Instrumento jurídico - administrativo das Áreas Especialmente Protegidas da PNMA , e temas relevantes do Código Florestal Brasileiro e da Lei 9.985/2000 (SNUC)
- Conhecer os Instrumentos jurídico - administrativos do Zoneamento e do Tombamento da PNMA
- Conhecer a aplicação do instituto jurídico da Responsabilidade Civil nas questões ambientais.
- Conhecer as penalidades administrativas previstas no ordenamento ambiental brasileiro.
- Ter noções da abordagem penal no Direito Ambiental através da Lei de Crimes Ambientais - Lei 9605/98;
- Conhecer os principais tópicos abordados pela Política Nacional de Recursos Hídricos ( Lei 9433/87) e Pela Política Estadual de Recursos Hídricos;
- Conhecer os principais tópicos abordados pela Política Estadual do Meio Ambiente.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### UNIDADE I

1 - A Dimensão Internacional Ambiental

1.1 - Origem do Direito Ambiental

1.2 - O despertar pelas tragédias

1.3 - Idéias que fizeram pensar

1.4 - Respostas da sociedade internacional

1.5 - Política Econômica e a Preservação Ambiental Internacional

OBJETIVOS:

- Conhecer a evolução da temática ambiental internacional, os fatos marcantes, as conferências internacionais, os alicerces lançados que edificam o atual Direito Ambiental.

### UNIDADE II

1 - Meio Ambiente no Direito Ambiental

2.1- Direitos Humanos e o Meio Ambiente

2.2 - Conceito de Meio Ambiente

2.3 - Classificação de Meio Ambiente

## 2.4 - Direito Ambiental um Direito Difuso

### OBJETIVOS:

- Situar a disciplina no estudo dos direitos humanos, mostrando que a mesma encontra nascedouro na própria evolução dos direitos humanos, dentro do plano da terceira geração de tais direitos, focado o Direito Ambiental como uma premissa para o próprio direito à vida.- Conhecer o Instrumento jurídico - administrativo das Áreas Especialmente Protegidas da PNMA , e temas relevantes do Código Florestal Brasileiro e da Lei 9.985/2000 (SNUC)

### **UNIDADE III**

#### 3 - Princípios do Direito Ambiental

3.1 - Princípio do Meio Ambiente equilibrado como um Direito Humano Fundamental

3.2 - Princípio da Ubiquidade

3.3 - Princípio do Poluidor Pagador

3.4 - Princípio do Usuário Pagador

3.5 - Princípio da Prevenção

3.6 - Princípio da Prevenção

3.7 - Princípio da Participação

3.8 - Princípio do Desenvolvimento Sustentável

3.9 - Outros Princípios do Direito Ambiental

### OBJETIVOS:

- Conhecer os principais Princípios do Direito Ambiental e sua importância na elaboração da legislação, na conduta humana nas relações com o meio ambiente e na resolução de conflitos ambientais

### **UNIDADE IV**

#### 4 - Ordenamento Ambiental Brasileiro

4.1 - A proteção jurídica no Brasil

4.2 - Tutela Constitucional

4.3 - Os marcos legislativos ambientais

### OBJETIVOS:

- Conhecer os principais diplomas ambientais brasileiro, aprofundando na tutela constitucional ambiental.

### **UNIDADE V**

#### 5 - Competência Ambiental

5.1 - Federalismo e Competência (União/Estados/Municípios/DF)

5.2 - Classificação Geral

5.3 - Classificação no âmbito ambiental (Legislativa e Administrativa)

5.4 - Competência para julgamento

### OBJETIVOS:

- Conhecer a competência dos entes federados para elaboração e execução da legislação ambiental brasileira.

### **UNIDADE VI**

#### 6 - Política ambiental brasileira

6.1- Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81)

6.1.1 - Generalidades

6.1.2 - Objetivos

6.1.3 - Princípios

6.1.4 - Conceitos legais

6.1.5 - Instrumentos jurídico-administrativos

6.1.6 - Estrutura do SISNAMA

6.2 - Política Estadual de Meio Ambiente - MT ( Lei Complementar 38/95 alterada pela LC 232/2005)

OBJETIVOS:

- Conhecer os principais tópicos abordados pela Política Nacional de Meio Ambiente ( Lei 6938/81) e pela Política Estadual de Meio Ambiente ( LC 38/95 alterada pela LC 232/2005)

#### **UNIDADE VII**

7 - Licenciamento ambiental ( Resolução CONAMA 237/97)

7.1 - O Poder de Polícia

7.2 - Conceitos

7.3 - Etapas

7.4 - Competência para emissão das Licenças Ambientais

7.5 - Prazos de validade

OBJETIVOS:

- Conhecer os procedimentos e os fundamentos do instituto jurídico do licenciamento ambiental.

#### **UNIDADE VIII**

8 – Padrões de Qualidade Ambiental

8.1 - Aspectos Gerais

8.2 - Padrões de Qualidade do Ar

8.3 - Padrões de Qualidade da Água

8.4 - Padrões de Qualidade dos Ruídos

OBJETIVOS:

- Conhecer critérios e parâmetros técnicos para compatibilizar as ações humanas com as exigências ambientais legais.

#### **UNIDADE IX**

9 – Espaços territoriais especialmente protegidos

9.1 - Definição e Categorias

9.2 - Área de Proteção Especial

9.3 - Unidades de Conservação (UCs)

9.3.1 - Conceito

9.3.2 - Objetivos das UCs

9.3.3 - Órgãos Integrantes do SNUC

9.3.4 - Categorias

9.3.5 - Criação, Implantação e Alteração das UCs

9.4 - Área de Preservação Permanente (APP)

9.5 – Reserva Legal (RL)

OBJETIVOS:

- Conhecer o Instrumento jurídico - administrativo das Áreas Especialmente Protegidas da PNMA , e temas relevantes do Código Florestal Brasileiro e da Lei 9.985/2000 (SNUC)

#### **UNIDADE X**

10 - Zoneamento e Tombamento

10.1 - Zoneamento

10.1.1 - Aspectos gerais

10.1.2 - Direito de pré ocupação

10.1.3 - Alguns tipos de Zoneamento

10.2 - Tombamento

10.2.1 - Patrimônio Cultural

10.2.2 - Tombamento Ambiental

10.2.3 - Competência para efetuar o Tombamento

10.2.4 - Formas de instituir o Tombamento

10.2.5 - Modalidades

10.2.6 - Passos do Processo Administrativo do Tombamento

10.2.7 - Características gerais

OBJETIVOS:

- Conhecer os Instrumentos jurídico - administrativos do Zoneamento e do Tombamento da PNMA

**UNIDADE XI**

11 - A Avaliação de Impactos Ambientais

11.1 - EIA / RIMA

11.2 - Objetivo

11.3 - Atividades sujeitas a exigência do EIA / RIMA

11.4 - Momento da preparação

11.5 - Elaboração, custeio e responsabilidade

11.6 - Conteúdo mínimo do EIA

11.7 - Conteúdo do RIMA

11.8 - Publicidade e sigilo

11.9 - Publicidade e participação pública

11.10 - Audiência pública e participação popular

**UNIDADE XII**

12 - Responsabilidade Civil no Dano Ambiental

12.1 - Conceito de Responsabilidade Civil

12.2 - Obrigação vs. Responsabilidade Civil

12.3 - Classificação quanto às obrigações

12.4 - O Ato Ilícito

12.5 - Finalidade da Responsabilidade Civil

12.6 - Dano Ambiental

12.7 - Classificação do Dano Ambiental

12.8 - Dano Ambiental e reparação Civil na Constituição Federal

12.9 - Teoria da Responsabilidade Civil aplicada na defesa do meio ambiente

12.10- Reparação do Dano

OBJETIVOS:

- Conhecer a aplicação do instituto jurídico da Responsabilidade Civil nas questões ambientais.

**UNIDADE XIII**

13 - Responsabilidade Administrativa Ambiental e Sansões Administrativas ( Lei 9605/98 - Decreto 6514/08)

13.1 - Espécies

13.2 - Previsões Infracionais

OBJETIVOS:

- Conhecer as penalidades administrativas previstas no ordenamento ambiental brasileiro.

**UNIDADE XIV**

14 - Responsabilidade Penal Ambiental ( Lei de Crimes Ambientais - Lei 9605/98)

14.1 - Generalidades

14.2 - Tipo Penal

14.3 - Bem jurídico tutelado

14.4 - Excludentes

14.5 - Sujeitos

14.6 - Sanções Penais

14.7 - Circunstâncias atenuantes e agravantes

OBJETIVOS:

- Ter noções da abordagem penal no Direito Ambiental através da Lei de Crimes Ambientais - Lei 9605/98

**UNIDADE XV**

15 - Política de recursos hídricos brasileira

15.1 - Política Nacional de Recursos Hídricos ( Lei 9433/87)

15.2 - Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei 6945/97 do Estado de Mato Grosso)

OBJETIVOS:

- Conhecer os principais tópicos abordados pela Política Nacional de Recursos Hídricos ( Lei 9433/87) e Pela Política Estadual de Recursos Hídricos

**UNIDADE XVI**

16 - A Política Estadual do Meio Ambiente (Lei Complementar 38/95 do Estado de Mato Grosso e suas alterações)

OBJETIVOS:

- Conhecer os principais tópicos abordados pela Política Estadual do Meio Ambiente

**VISITAS TÉCNICAS / EVENTOS PREVISTOS**

Não há

**METODOLOGIA DE ENSINO**

-Aula expositiva dialogada

-Estudo de caso e debate

-Recursos de multimídia

-Seminários

**RECURSOS FÍSICOS**

**RECURSOS MATERIAIS**

Visitas técnicas à indústrias/fábricas, centros de pesquisa, instituições e outros

X

Televisão

Laboratório de Ensino

X

Datashow

	Laboratório de Informática		Retroprojektor
	Outros:		Aparelho de Som
			DVD
			Outros: vídeo

### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A cada bimestre a média será composta por:

- Avaliação individual através de prova com questões objetivas e subjetivas – 6,00
- Exercícios de aprendizagem (ao término de cada capítulo) – 1,00
- Trabalho individual e grupo – 1,00
- Conceito – 2,00 (a. Assiduidade e pontualidade – 0,5 pontos; b. Realização de atividades escolares – 0,5 pontos; c. Disciplina e respeito – 0,5 pontos; d. Auto-avaliação - 0,5 pontos).

### Bibliografia Básica (no máximo 4 referências)

Autor	Título/Periódico	Edição	Local	Editora	Ano	Vol.
ANTUNES, Paulo Bessa	Direito Ambiental	5ª	Rio de Janeiro	Lúmen Júris	2001	
MACHADO, Paulo Affonso Leme	Direito Ambiental Brasileiro	19ª	São Paulo	Malheiros	2011	
SILVA, José Afonso da	Direito Ambiental Constitucional	9ª	São Paulo	Malheiros	2011	

### Bibliografia Complementar (no máximo 4 referências)

Autor	Título/Periódico	Edição	Local	Editora	Ano	Vol.
FIORILLO, Celso Antônio Pacheco	Curso de Direito Ambiental Brasileiro	12ª		Saraiva	2011	
OLIVEIRA, Rafael Santos de	Direito ambiental internacional		Ijuí	Unijuí	2007	
CT Brasil Ministério do Meio Ambiente	<a href="http://www.mma.gov.br/legislacao">http://www.mma.gov.br/legislacao</a>					
CT Brasil ANA Agência Nacional de Águas	<a href="http://www.ana.gov.br/legislacao/default2.asp">http://www.ana.gov.br/legislacao/default2.asp</a>					
CT Brasil Presidência da República Federativa	<a href="http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao">http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao</a>					
Publicações eletrônicas - Jornalismo Ambiental	<a href="http://www.jornalismoambiental.com.br/">http://www.jornalismoambiental.com.br/</a>					

### APROVAÇÃO

Cuiabá-MT, 09 de maio de 2013.

---

MARCO AURÉLIO BULHÕES NEIVA

---

Coordenador do Curso

---

Área Pedagógica